



Demonstrações Contábeis

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente





ARCOVERDE

TRANSMISSÃO
DE ENERGIA

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registra o montante de R\$ 321.515 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais

especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 8, 15 e 16, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em 48 circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over the company name and registration information.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.993	6.069
Títulos e valores mobiliários	5	6.086	6.072
Contas a receber de clientes	6	4.239	3.138
Tributos a recuperar	7	736	1.283
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	29.482	28.159
Outros ativos circulantes		294	131
Total do Ativo Circulante		43.830	44.852
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	7.009	6.361
Tributos a recuperar	7	1.745	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	292.034	284.880
Depósitos judiciais e cauções		297	111
Imobilizado		30	26
Total do Ativo Não Circulante		301.115	293.123
Total do Ativo		344.945	337.975
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		186	338
Empréstimos	9	5.393	1.380
Debêntures	10	5.110	3.053
Dividendos a pagar	11	12.713	8.587
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	408	337
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12.2	-	867
Outros passivos circulantes		586	414
Total Passivo Circulante		24.396	14.976
Não Circulante			
Empréstimos	9	111.445	116.754
Debêntures	10	50.582	53.989
Passivo fiscal diferido	12.3	12.249	11.956
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	12.2	10.336	9.222
Provisão contingente	13	297	124
Total Passivo Não Circulante		184.909	192.045
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	67.820	67.820
Reserva legal	15	5.893	4.753
Reserva de lucros	15	61.927	58.381
Total Patrimônio Líquido		135.640	130.954
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		344.945	337.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	42.618	38.789
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(4.205)	(2.717)
Resultado operacional bruto		38.413	36.072
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	18	(650)	(1.203)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		37.763	34.869
Despesas financeiras	19	(14.916)	(17.561)
Receitas financeiras	19	1.999	982
Resultado financeiro líquido		(12.917)	(16.579)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.846	18.290
Contribuição social	12	(576)	(437)
Imposto de renda	12	(1.210)	(868)
Contribuição social diferida	12	(87)	2.739
Imposto de renda diferido	12	(161)	10.777
Lucro líquido do exercício		22.812	30.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	22.812	30.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2022	65.070	36.649	3.228	-	104.947
Subscrição de capital	2.750	-	-	-	2.750
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.501	30.501
Constituição de reservas	-	21.732	1.525	(23.257)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.244)	(7.244)
Saldo em 31 dezembro 2022	67.820	58.381	4.753	-	130.954
Reversão de reserva de lucros para pagamento de dividendos	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.812	22.812
Constituição de reservas	-	13.546	1.140	(14.686)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(8.126)	(8.126)
Saldo em 31 dezembro 2023	67.820	61.927	5.893	-	135.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.846	18.290
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>			
Depreciação - imobilizado		9	-
Juros sobre empréstimos tomados	9	7.230	9.207
Juros sobre debêntures tomados	10	5.321	6.024
Encargos sobre empréstimos	9	236	127
Encargos sobre debêntures	10	(97)	283
Provisão (reversão) de contingências		173	(211)
Receita diferida	16	(8.031)	(8.383)
Tributos diferidos	16	293	294
Baixa de dividendos		(94)	-
Apropriação de doação		(446)	(446)
Rendimento sobre aplicação financeira		(1.219)	(982)
Lucro ajustado		28.149	24.203
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.101)	(607)
Depósitos judiciais		(186)	-
Tributos a recuperar		344	(276)
Outros ativos		(163)	(14)
Fornecedores e outras contas a pagar		(152)	(156)
Outros passivos		172	127
Imposto de renda e contribuição social pagos	12.1	(1.419)	(1.126)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.664	22.151
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.750
Aquisição de imobilizado		(13)	-
Títulos e valores mobiliários		629	(5.915)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		616	(3.165)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos	9	(1.380)	(1.855)
Juros pagos de empréstimos	9	(7.382)	(10.710)
Pagamento de debêntures	10	(3.768)	(2.645)
Juros pagos de debêntures	10	(2.806)	(2.839)
Dividendos pagos	11	(14.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(29.336)	(18.049)
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(3.076)	937
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.069	5.132
No final do exercício		2.993	6.069
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(3.076)	937

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2017 e estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 14 de março de 2020 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o
- (viii) Órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Nota explicativa 14 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e
- Nota explicativa 8 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão;

1.) *Estimativas e Premissas*

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações contábeis de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2023, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue--
Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

- i) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
 - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. “Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual”.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023

3.14.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.202
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.202
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.202
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.202

3.14.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.202
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Outras considerações sobre os valores correspondentes

Certos valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 de dezembro de 2022, apresentados nas demonstrações contábeis para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade, em função dos seguintes itens:

- (a) Apresentação destacada em diferentes contas patrimoniais dos valores correspondentes ao efeito do Gross *Up de Pis* e Cofins no cálculo do ativo de contrato, refletindo, portanto, a aplicação do item 7.10 do CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro sobre a compensação de saldos;
- (b) Outras reclassificações para melhor apresentação.

	Nota	31/12/202 Divulgado	Ajuste	31/12/2022 Reclassificado
Ativo				
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	27.131	1.028	28.159
Adiantamento diversos	(b)	19	(19)	-
Despesas antecipadas	(b)	112	(112)	-
Outros ativos	(b)	-	131	131
Ativo circulante		43.824	1.028	44.852
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(a)	273.952	10.928	284.880
Ativo não circulante		282.195	10.928	293.123
Ativo Total		326.019	11.956	337.975
Passivo				
Pis e Cofins Diferido	(a)	-	11.956	11.956
Impostos corrente a pagar	(b)	217	(217)	-
Encargos setoriais	(b)	192	(192)	-
Outros passivos	(b)	5	409	414
Passivo não circulante		180.089	11.956	192.045
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		326.019	11.956	337.975

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	5	-
Banco	2.490	4.697
Aplicação financeira (i)	498	1.372
Total	<u>2.993</u>	<u>6.069</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) que teve no ano de 2023, remuneração referenciado ao CDI de 94,59% (2022 96,81%). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras - conta Santander (i)	6.086	6.072
Aplicações financeiras - conta BNB (ii)	7.009	6.361
Total	<u>13.095</u>	<u>12.433</u>
Total circulante	<u>6.086</u>	<u>6.072</u>
Total não circulante	<u>7.009</u>	<u>6.361</u>

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao futuro pagamento de juros e principal de debêntures, que são realizadas semestralmente, os próximos pagamentos estão programados para janeiro e julho de 2024. No montante de R\$ 6.086 em 2023 (R\$6.072 em 2022).
- (ii) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$7.009 para 2023 (R\$6.361 em 2022).

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	3.646	2.848
CCT (b)	70	-
CDE (c)	523	290
Total	<u>4.239</u>	<u>3.138</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias -- Continuação

- (a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$371 mil em 05/01/2024, R\$371 mil em 15/01/2024, R\$2.033 em 25/01/2024, R\$371 mil em 05/02/2024 e R\$500 mil referentes a créditos a serem recebidos.
- (b) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 com vencimento em 05/01/2024 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão)
- (c) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda	478	602
Contribuição social retida	-	60
Contribuição social	50	169
Imposto de renda retido na fonte	-	169
PIS retido	33	52
COFINS retido	152	208
INSS retido	23	23
ICMS (a)	1.745	1.745
Total	<u>2.481</u>	<u>3.028</u>
Total circulante	<u>736</u>	<u>1.283</u>
Total não circulante	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>

- (a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem realizadas nos próximos períodos.

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato) -- Continuação

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	
Linhas de Transmissão	Arcoverde
Margem de construção	32,52%
Margem de operação e manutenção	13,12%
Taxa de remuneração	5,06%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	22.633
Ativo de contrato em 31/12/2021	304.197
Receita de operação e manutenção	4.124
Receita de operação e manutenção - margem	412
Remuneração do ativo de contrato	35.284
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(1.990)
RAP realizada	(29.434)
Amortização da doação	446
Ativo de contrato em 31/12/2022	313.039
Receita de operação e manutenção	4.319
Receita de operação e manutenção - margem	432
Remuneração do ativo de contrato	36.188
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(86)
RAP realizada	(32.823)
Amortização da doação	446
Ativo de contrato em 31/12/2023	321.515

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	29.481	28.159
Não circulante	292.034	284.880
	321.515	313.039

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato) -- Continuação

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.216 e 3.067 respectivamente, foi de R\$34.588 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024 e R\$30.842 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

9. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	115.142	116.522	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.629	3.780			
Encargos de empréstimos	(1.933)	(2.168)			
Total	116.838	118.134			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Encargos	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Financiamento BNB (i)	118.134	7.230	(1.380)	236	(7.382)	116.838
	118.134	7.230	(1.380)	236	(7.382)	116.838
Total circulante	1.380					5.393
Total não circulante	116.754					111.445

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos--Continuação

- (i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

Em junho de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiador o Banco BTG Pactual S.A. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R\$1.034 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.347 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a 1,10% incidentes sobre o valor nominal de cada Carta de Fiança emitida (110MM CMT24/19-C1 e 8.820MM CMT24/19-C2). A necessidade da fiança foi extinta para 2024.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriado, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2023
2025	2.470
2026	3.060
2027	3.665
2028	3.886
2029 a 2038	100.168
Total	113.249

10. Debêntures

Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (a)	55.518	56.722	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	1.244	1.293			
Encargos de debêntures	(1.070)	(973)			
Total	55.692	57.042			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Empresa / Operação	31/12/2022	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
2ª Emissão de Debêntures (i)	57.042	5.321	(97)	(3.768)	(2.806)	55.692
	57.042	5.321	(97)	(3.768)	(2.806)	55.692
Total circulante	3.053					5.110
Total não circulante	53.989					50.582

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

- (i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriado, têm seu vencimento assim programado:

2025	4.087
2026	3.969
2027	4.135
2028	4.402
2029 a 2042	35.000
Total	51.593

11. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2022	Reversão de reserva de lucros	Dividendos propostos (i)	Pagamento de dividendos	Saldo em 31/12/2023
V2I	8.587	10.000	8.126	(14.000)	12.713
Total	8.587	10.000	8.126	(14.000)	12.713

- (i) O valor de dividendos propostos está considerando o montante de R\$5.418 de dividendos mínimos e o montante de R\$2.708 de dividendos adicionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	36.709	32.307
Base presunção IRPJ 8%	2.937	2.585
Base presunção CSLL 12%	4.405	3.877
Receitas financeiras	1.999	982
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	4.936	3.567
IRPJ calculado no ano	(1.210)	(868)
IRPJ anos anteriores	-	-
Despesa de IRPJ	(1.210)	(868)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	6.404	4.859
CSLL calculado no ano	(576)	(437)
CSLL anos anteriores	-	-
Despesa de CSLL	(576)	(437)
Receita diferida - Gross UP (i)	8.030	8.396
Base presunção IRPJ 8%	642	672
Base presunção CSLL 12%	964	1.008
IRPJ	(161)	(168)
CSLL	(87)	(91)
Total IRPJ/CSLL diferido	(248)	(259)
Revisão da alíquota efetiva (ii)		
Saldo inicial do ativo de contrato	-	319.165
Receita do ano	-	8.090
Ajuste de Gross up	-	305
Saldo final do ativo de contrato (gross up) (i)	-	327.560
Impacto de IR	-	10.945
IRPJ diferido no exercício	(161)	10.777
Base presunção CSLL 12%	-	53.350
Total CSLL lucro presumido	-	(4.801)
Impacto de CSLL	-	2.830
CSLL diferida no exercício	(87)	2.739
Total de despesas IRPJ/CSLL	(2.034)	12.211

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -- Continuação

- (ii) O *Gross up* é um termo técnico para reajuste da base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.
- (iii) A Companhia revisa periodicamente as bases de suas obrigações legais, que incluem tributos diferidos, considerando sua interpretação da legislação vigente, incluindo suas alterações, evoluções de bases jurisprudencial, bem como suas interpretações às normas aplicáveis e oportunidades de planejamento fiscal disponíveis. Durante o exercício de 2022, a Companhia revisou a alíquota efetiva utilizada na constituição dos passivos fiscais diferidos a fim de refletir a alíquota que se espera que seja aplicada quando da liquidação do correspondente tributo no futuro. Adicionalmente, tratamentos fiscais que são considerados incertos, no âmbito da Interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro, estão suportados por opinião legal de escritórios de primeira linha e são acompanhados regularmente para considerar mudanças de fatos e circunstâncias que possam produzir efeitos nos saldos contábeis.

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	337	282
Impostos calculados	1.786	1.305
Impostos deduzidos	(296)	(124)
Impostos pagos	(1.419)	(1.126)
Saldo final dos impostos a pagar	408	337

12.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial dos impostos a pagar	10.089	23.605
Impostos calculados	247	259
Revisão da alíquota efetiva	-	(13.775)
Saldo final dos impostos a pagar	10.336	10.089
Total circulante	-	867
Total não circulante	10.336	9.222

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Pis e Cofins diferido

Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

A movimentação de PIS/COFINS está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	11.956	11.365
Impostos calculados no ano	293	591
Saldo final PIS e COFINS diferidos	<u>12.249</u>	<u>11.956</u>

14. Provisão Contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui 17 processos de servidão com prognóstico provável.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Constituições de Provisões - Prováveis	297	124
Total	<u>297</u>	<u>124</u>

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é representado somente por ações ordinárias:

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>% do capital social</u>
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%
	<u>67.820.000</u>	<u>67.820</u>	100%	<u>67.820.000</u>	<u>67.820</u>	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022 no valor de 2.750, com a consequente emissão 2.750.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido--Continuação

Em 2023 não houve alteração no capital social da Companhia.

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
Reserva legal 5%	1.140	1.526
Reserva legal anos anteriores	4.753	3.227
Reserva legal do ano	1.140	1.526
Total	<u>5.893</u>	<u>4.753</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (50%, em 2022) ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
(-) Reserva legal 5%	(1.140)	(1.526)
Base para dividendos	21.672	28.975
Alíquota	25%	25%
Dividendos propostos	<u>5.418</u>	<u>7.243</u>
Dividendos adicionais	<u>2.708</u>	<u>-</u>
Total	<u>8.126</u>	<u>7.243</u>

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido--Continuação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
Reserva legal (5%)	(1.140)	(1.525)
Dividendos propostos	(5.418)	(7.244)
Dividendos adicionais	(2.708)	-
Reserva de lucros	13.546	21.732
Movimentação da reserva de lucros		
Saldo inicial	58.381	36.649
Reversão de reserva para pagamento de dividendos	(10.000)	-
Calculado no ano	13.546	21.732
Total	61.927	58.381

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	22.812	30.501
Lucro por ação	0,3364	0,4497

16. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita anual permitida	32.823	29.434
Receita de remuneração do ativo de contrato	8.030	8.383
Receita CDE	1.422	1.273
Receita CCT	2.465	1.600
Encargos do consumidor	(489)	(428)
PIS e COFINS sobre faturamento	(1.340)	(1.179)
PIS e COFINS diferido	(293)	(294)
Total	42.618	38.789

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custo com serviços tomados	(3.357)	(3.334)
Custo com pessoal	(369)	-
Custo com materiais	(170)	-
Custo com seguro	(350)	-
Custo com aluguel	(112)	-
Custo com impostos e taxas	(26)	-
Custo com energia elétrica	(37)	(40)
Apropriação de doação	446	446
Demais custos	(230)	211
Total	<u>(4.205)</u>	<u>(2.717)</u>

18. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros tomados	(608)	(761)
Depreciação e amortização	(9)	(8)
Outras despesas operacionais	(33)	(434)
Total	<u>(650)</u>	<u>(1.203)</u>

19. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Juros e variações monetárias (i)	(12.690)	(15.302)
IOF, comissões e taxa	(2.133)	(2.252)
Multa e acréscimos moratórios	(93)	(7)
Despesas financeiras	<u>(14.916)</u>	<u>(17.561)</u>
Receita com aplicação financeira	1.796	982
Outras receitas financeiras	203	-
Receitas financeiras	<u>1.999</u>	<u>982</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(12.917)</u>	<u>(16.579)</u>

- (i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 31/12/2023 é R\$7.230 e em 31/12/2022 R\$9.207. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 31/12/2023 é de R\$5.321 e em 31/12/2022 é de R\$6.024. O valor de encargos de sobre empréstimos em 31/12/2023 é de R\$236 e em 31/12/2022 R\$127. O valor de encargos sobre debêntures em 31/12/2023 é de R\$(97) e em 31/12/2022 é de R\$283.

20. Seguros

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70.000	06 de maio de 2023 até 06 de maio de 2024
Chubb Seguros Brasil S.A. (b)	Responsabilidade Civil	20.000	06 de maio de 2023 até 06 de maio 2024

(a) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$330.511.

(b) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 32.340.

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	13.095	12.433
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.993	6.069
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	4.239	3.138
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	116.838	118.134
Debêntures	2	55.692	57.042
Fornecedores	2	186	338

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

21.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

21.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,4383% em 31 de dezembro de 2023.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras

22. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

**Responsável técnico pelas informações
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9